



SER OU NÃO SER, EIS A QUESTÃO: A QUALIFICAÇÃO DO NOME PRÓPRIO DE PESSOA EM JORNAIS COMO INDICADOR DA DIVISÃO POLÍTICA DE ESPAÇOS DISCURSIVOS EM 1930

“TO BE OR NOT TO BE, THAT IS THE QUESTION”: THE CHANGE OF MEANING OF PROPER NAMES OF PEOPLE IN NEWSPAPERS AS AN INDICATOR OF THE POLITICAL-POLEMICAL DIVISION OF DISCURSIVE SPACES IN 1930

GUSTAVO LEAL TEIXEIRA

gustavoteixeira@ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais

PAULO HENRIQUE AGUIAR MENDES

pauloham@yahoo.com.br

Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo: Neste trabalho buscamos mostrar como qualificação axiológica de certos nomes próprios de pessoa presentes em jornais de Montes Claros de 1929 e 1930 pode indicar a existência de uma divisão política características de formações discursivas opostas. Para alcançar esse objetivo foram coletados excertos dos jornais Folha do Norte e Gazeta do Norte da cidade de Montes Claros-MG que continham definições de valor axiológico relacionadas aos nomes de quatro políticos em voga nessa década. Tal abordagem mostrou que as qualidades atribuídas a cada um dos quatro políticos analisados variava de acordo com o jornal em que seu nome aparecia, fato que indica que os nomes de pessoas significam a partir da formação discursiva em que são enunciados, sendo a característica mais fundamental desse fenômeno o paradoxo.

Palavras-chave: Nomes próprios; discurso polêmico; jornal

Abstract: *In this research paper, we intended to show to show how the axiological qualification of certain personal names present in Montes Claros newspapers from 1929 and 1930 can indicate the existence of a political division characteristic of opposing discourse formations. To reach this objective, excerpts were collected from the news papers Folha do Norte and Gazeta do Norte of Montes Claros-MG that contained definitions of axiological value related to the names of four politicians in vogue in that decade. Such approach showed that the qualities attributed to each of the four politicians analyzed vary according to the newspaper in which their name appears, a fact that indicates that the names of people mean from the discursive formation in which they are enunciated, being paradox the most fundamental characteristic of this phenomenon.*

Keywords: *Personal names; polemical discourse; newspaper*

Neste trabalho, objetivou-se mostrar como no discurso político-midiático da república velha, o posicionamento ideológico de duas formações discursivas pode ser mapeado e determinado a partir da função axiológica da crítica e do elogio, pela descrição e ordenação de qualidades atribuídas pela relação “x é y”, como descrições definidas, nomes próprios de políticos em diferentes jornais. Para tanto foram selecionados os quatro políticos mais midiaticizados na campanha eleitoral do ano de 1930 nos jornais Folha do Norte e Gazeta do Norte, ambos da cidade de Montes Claros-MG.



Para a realização de tal análise foram utilizados como bases descritivo-analíticas pressupostos que, em sua maior parte, são filiados à tradição da análise do discurso. Essa tradição parte da suposição de que as coisas não significam a priori em relação à enunciação, sendo os sentidos construídos a partir dela, mais especificamente, a partir de diferentes posições ideológicas de enunciação. Esta maneira de pensar os enunciados, portanto, entre outras coisas, reflete como “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2009, p.44). Pensar o enunciado a partir de sua função em relação ao sujeito, ao gênero de discurso, à história, à sociedade e à ideologia faz com que a análise do discurso seja uma ferramenta ideal para a análise de enunciados concorrentes, paradoxais ou incompatíveis como os da Gazeta e da Folha do Norte. Relações polêmicas como as analisadas são discursos em que o real é apreensível a partir da guerra de sentidos e não por uma relação entre uma verdade e uma não verdade.

Historicamente o objeto analisado neste trabalho tem muito a ver com o dia 06/02/1930 na cidade de Montes Claros, dia da nacionalmente conhecida “emboscada de bugres”, pois fatores diversos indicam que a Folha do Norte surgiu para a defesa do político João Alves e da Aliança Liberal, combatendo a representação negativa feita pela Gazeta do Norte a partir, principalmente, dessa data.

Na análise dessa relação político-polêmica foi possível constatar que o fenômeno discursivo predominante de representação dos objetos analisados na relação “x é y” é o paradoxo, pois pela lógica, as qualidades de valor oposto atribuídas a cada um dos políticos nos respectivos jornais seria absurda, já que não se pode ser e não ser algo ao mesmo tempo.

O discurso polêmico

Uma relação polêmica, segundo Marcelo Dascal (1998), revela diferenças de atitude, impressões ou preferências que não possuem solução para os enunciadores por elas se ancorarem na ideologia. No discurso polêmico não há possibilidade de acordo, sendo que o sentido da polêmica é o mesmo da disputa, ou seja, derrotar um adversário. Traçando linhas gerais, o discurso polêmico possui muitas semelhanças com a guerra, sendo determinado por fatores, como: uma profunda impossibilidade de acordo, hostilidade declarada, disputas violentas e estratégias de batalha. Se nas guerras convencionais há trocas de tiros, lutas corporais, exércitos e campos de batalha, no discurso polêmico acontecem, tipicamente, críticas, xingamentos,

sátiras, ironias e zombarias; estratégias de desqualificação diversas. Kerbrat-Orecchioni (1980) define o discurso polêmico como guerra metafórica ou guerra de papel, que tem como característica fundamental a desqualificação do adversário. Nela, as armas se reduzem à caneta, embora as consequências de um embate verbal de desqualificações mútuas possam passar até mesmo ao confronto corporal.

Dominique Maingueneau (1997) afirma que o discurso polêmico implica uma relação, mesmo que adversários não estejam presentes frente a frente. O autor define a relação polêmica em termos de “interincompreensão”, em que há umas traduções incompatíveis de enunciados entre duas formações discursivas distintas:

Assim, quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro em seu próprio interior, por exemplo, sob a forma de uma citação, ela está apenas “traduzindo” o enunciado deste Outro, interpretando-o através de suas próprias categorias. Num espaço discursivo considerado, o sentido não é algo estável, que poderia ser relacionado a uma a uma posição absoluta, mas se constrói no intervalo entre as posições enunciativas. A “incompreensão”, resultante do mal-entendido e do malogro ocasionais, se transforma em “interincompreensão” porque obedece a regras e estas regras são as mesmas que definem a identidade das formações discursivas consideradas. Dito de outra forma, o sentido aqui é um mal-entendido sistemático e constitutivo do espaço discursivo. (MAINGUENEAU, 1997, p. 120)

Nessa perspectiva, o discurso polêmico funciona por processos de tradução de sentidos de enunciados entre sujeitos situados em formações discursivas em oposição. Este funcionamento determina um desacordo fundamental entre as partes envolvidas constituindo uma interincompreensão, que é a própria base do discurso polêmico. Neste caso, o polemista deve discordar dos discursos da oposição, e mais, tudo o que uma parte disser pode ser usada contra ela mesma via estratégias desqualificadoras diversas, que variam de acordo com o meio na qual são produzidas, sob formas de citação, ironia, deboche, inversão etc. Em jornais, por exemplo, os processos de tradução de enunciados podem acontecer em textos como as colunas políticas nas quais um dito anterior de um adversário político da linha ideológica do jornal pode ser retirado de seu contexto e traduzido negativamente, assim como, por exemplo, pelo humor das sátiras e charges que ridicularizam ações dos opositores.

Kerbrat-Orecchioni (1980), assim como Dascal (1998), afirma que no discurso polêmico não há a possibilidade de acordo, pois ele interromperia o ciclo de uma disputa que se retroalimenta de outras polêmicas. Para ela, discurso polêmico visa a que o leitor rejeite alguma coisa que possa admitir, sendo que uma de suas regras é dizer sobre o outro aquilo que não se é, ou construir a subjetividade do “eu” pela desqualificação do outro.

Outra característica fundamental ao discurso polêmico para Maingueneau (1997), Dascal (1998) e Orecchioni (1980) é a colocação do público como jurado das disputas. O discurso polêmico, assim, implica uma terceira parte que funciona como jurado em um júri popular. Nele, a defesa não tem o interesse de convencer a acusação sobre o ponto de discordância, mas ao júri. Os jurados também não esperam um acordo entre as duas partes, cabendo a eles selecionar o lado que dispôs a argumentação mais convincente. No caso de jornais, que têm como objeto de desejo a adesão dos (e)leitores, quem decide para qual lado tender é o leitor.

Segundo Orecchioni (1980), do ponto de vista argumentativo, o discurso polêmico possui características bastante particulares, desde que nele não são utilizados os melhores argumentos, mas aqueles que são simplesmente desqualificadores por qualquer razão. Os dois lados que polemizam são, de certa maneira, iguais por disputarem o mesmo objeto, e, ao mesmo tempo, opostos por lhes ser constitutiva a interincompreensão.

Ruth Amossy e Marcel Burger, criticando a argumentação polêmica, definem o discurso polêmico como caso extremo de comunicação que tem vistas para um desacordo fundamental: “[...] A polêmica parece representar um caso extremo de comunicação em conflito com vistas para um desacordo fundamental, radical, e aparentemente sustentável (a polêmica seria semelhante à controvérsia ou diálogo de surdos)”. (AMOSSY; BURGER, 2011, p.1.)

A argumentação polêmica, para os autores, não possui bases lógicas e, por isso, sua ancoragem nos espaços públicos como a imprensa é problemático, desde que põe em questão a responsabilidade de políticos e jornalistas. O discurso polêmico, por não ser uma forma de comunicação que busca o acordo, mas seu contrário, é considerado pelos autores como pseudo-argumentativo, vão, estéril e sem credibilidade. Para Amossy e Burger (2011), ainda, a violência ou o abuso verbal não são condições *sinequa non* para tipificar o discurso polêmico.

O sentido dos nomes próprios de pessoa

Neste texto, parte-se do pressuposto de que os nomes próprios de pessoa possuem sentido, pois o movimento de análise proposto é o de analisar as mudanças de sentido dos nomes próprios de pessoa a partir de valores atribuídos a eles no acontecimento da sua enunciação em um ou outro jornal. Consequentemente, será levada em conta a perspectiva do nome próprio de Frege (1978) de que se os nomes próprios de pessoa possuem referência é porque eles também possuem

sentido e que não há nenhuma diferença lógica entre os nomes próprios e as descrições definidas. Em consonância com o pensamento fregeano, em seu dicionário, Ducrot e Todorov (2010) descrevem o funcionamento do sentido do nome próprio da seguinte maneira:

Notemos primeiramente que é anormal empregar um nome próprio senão pensamos que esse nome “diz alguma coisa” ao interlocutor, se portanto não supomos que o interlocutor tem alguns conhecimentos sobre o portador desse nome. Pode então se considerar o sentido de um nome próprio para uma coletividade dada um conjunto de conhecimentos relativos ao portador desse nome, conhecimentos que supostamente todo membro da coletividade deve possuir, pelo menos em parte. (DUCROT; TODOROV, 2010, p.232)

Assim, as descrições definidas e outros elementos qualificadores atribuem sentidos aos nomes próprios de pessoa, sentidos que são diferentes destes nomes mesmos e que são socialmente divididos pelo seu uso em uma interlocução. Desta forma, se uma descrição definida aparece em um contexto determinado é porque aconteceu algum processo anterior que torna tal referência possível.

A qualificação e a possível ordenação de formações discursivas

Com base na teoria de encaixe proposta por Pêcheux (2009), as formações discursivas podem se organizar por enunciados dispersos que possuem uma mesma direção ou ideia sobre as coisas que funcionam, frouxamente, como paráfrases. No discurso, há, assim, uma função de generalização que só é quebrada pelo acontecimento arqueológico que produz novos enunciados em série, como comentando Foucault, aponta Revel (2005).

A relação entre os processos de qualificação axiológica de objetos de discurso e a sua (re)produção é um assunto que proporciona muitas possibilidades de análise, pois o ato de qualificar, enquanto atribuição de uma avaliação, é uma ação discursiva de “seleção visível de uma qualidade que deve completar nosso conhecimento do objeto” (PERELMAN, 2005, p. 143). Uma qualificação pensada no nível discursivo é um ato enunciativo nunca repetível oriunda sempre de um enunciador único, mas seu valor é coletivo por nela estarem contidas ideias geralmente partilhadas socialmente. Assim, por seu caráter social, qualificações podem ser mapeadas por séries de valores que variam de acordo com o lugar ideológico de enunciação, sendo este um espaço de busca da identidade discursiva dos enunciados, como representações partilhadas por este ou aquele grupo. É, portanto, possível dividir ordens de discurso em formações discursivas por meio de arranjos de qualificações. Charaudeau aponta que as

representações, como relações entre as imagens mentais dos indivíduos e sua transposição para o real, nada mais são que caracterizações sociais:

As representações ao constituírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que erige em norma de referência. Assim é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza – uma espécie de metadiscorso revelador de seu posicionamento. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores (CHARAUDEAU, 2010, p. 47).

O verbo “ser” no discurso

As gramáticas modernas pouco descrevem a função de representação a partir do verbo “ser”, pois, segundo Foucault (2000), com o início da análise da língua em sua dimensão gramatical pura, este verbo passou a ser tratado como uma unidade sintática como as outras. Numa abordagem discursiva das relações de representação faz-se necessário, portanto, um breve retorno a gramáticas como a de *Port-Royal*, na qual a unidade básica de análise é a proposição e não a frase, o que faz com que se pense a linguagem pelos sentidos que os elementos veiculam, e não por sua função gramatical:

O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo “A Terra é redonda”, se chama proposição; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um chamado sujeito, que é aquilo de que se afirma algo, como terra; o outro chamado atributo, que é o que se afirma, como redonda – além da ligação entre esses dois termos: é. (ARNAUD; LANCELOT, 2001, p. 30)

Sobre a constituição da proposição, ela é composta por três elementos básicos, o sujeito, o atributo e a cópula, sendo o sujeito e o atributo da mesma natureza, podendo, sob certas condições, os dois trocarem suas funções. O sujeito e seu atributo funcionam como elementos que constituem uma mesma ideia, havendo aí uma relação causal expressa pela cópula. Os verbos, nesta perspectiva, devem ser interrogados a partir da ação que eles convêm, ligando as duas partes da proposição. Por exemplo, quando se diz “isto é aquilo” há aí uma relação de representação, pois a coisa representada já é o que é (para o enunciador) antes da enunciação. Assim, o uso do verbo “ser” determina a passagem do sistema de signos ao ser significado e ao discurso:



Sem uma forma de designar o ser, não há linguagem; mas sem linguagem, não há verbo ser, o qual é apenas uma parte dela. Essa simples palavra é o ser representado na linguagem; mas é também o ser representativo da linguagem – o que, permitindo-lhe afirmar o que ela diz, a torna susceptível de verdade ou erro. Nisso é diferente de todos os signos que podem ser conformes, fiéis, ajustados ou não ao que eles designam, mas que jamais são verdadeiros ou falsos. A linguagem é toda ela discurso em virtude desse singular poder de uma palavra que passa sobre o sistema dos signos em direção ao ser daquilo que é classificado. (FOUCAULT, 2000, p. 132)

Uma característica essencial das proposições compostas pelo verbo “ser”, como aponta Foucault, é que elas podem sempre ser verdadeiras ou falsas, havendo nelas a função assertiva de reportar a representação designada pelo verbo, o que as diferencia de todos os outros signos. Há nesta função a possibilidade de se dizer infinitas coisas sobre um objeto, de maneira que quando se diz “x é y”, não há nada que determine exatamente aquilo que será concebido sobre y, havendo aí espaço para um tipo de seleção do enunciador. O verbo “ser” assim designa um ser e ao, mesmo tempo, é um elemento julgador que une o discurso e a oração, nomeando as duas partes daquilo que é representado; a denotação e o sentido. As palavras antes e depois do verbo “ser” em *Port-Royal*, são desta maneira, segundo Foucault (2000), consideradas nomes, pois, ao designarem, nomeiam aquilo que é representado em cada uma de suas partes, apontando para a representação do objeto. Nesse sentido, parte-se da substância e chega-se à qualidade havendo em uma extremidade da oração um nome próprio e em outra um nome comum que funciona como adjetivo.

Há na articulação entre um sujeito e um predicado que são conectados pelo verbo de ligação “ser”, um caráter de identidade entre os elementos de uma proposição. Essa relação de encaixe, no entanto, apesar de pressupor uma identidade definitiva entre o referente e o atributo é uma construção discursiva. Orecchioni radicalizando sobre a relação problemática entre um referente e sua representação considera que os processos de identificação pelo verbo “ser” se baseiam em uma farsa: “a farsa que é o verbo “ser”, faz como se a propriedade que é atribuída à função de objeto esteja intrinsecamente ligada a ele, quando na verdade ela só constitui a relação entre o objeto percebido e sujeito que percebe” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1997, p. 95)

Para Orecchioni, quando se diz “x é y” se mascara o fato de que esta relação de atribuição é subjetiva, passando-a, assim, do subjetivo para o geral e objetivo. Uma relação de cópula pelo verbo “é” funciona, assim sendo, como aquilo que Korzybski (*apud* ORECCHIONI, 1997, p. 95) chama de “efeito de objetivação” no qual se deveria substituir “ser” por “parecer”. Quando se diz “Jorge Durán é um egoísta”, convém-se, “em tais circunstâncias, com referência a tal

pessoa, Jorge Durán se comportou de maneira tal que segundo meus padrões e, portanto, me parece egoísta”.

O olhar acima sobre o efeito de objetivação se encaixa perfeitamente ao discurso político que representa paradoxalmente os seres, sendo que o valor de um atributo de qualidade dado a um sujeito articulado pelo verbo “ser” pode mapear formações ideológicas. Assim sendo, na relação “x é y (axiológico)” a variável y é um espaço que pode ser traduzido pelo processo de identificação pechêutiano “se eu estivesse onde tu (você)/ele/x se encontra, eu veria e pensaria assim o que tu, você/ele/x vê e pensa” (PÊCHEUX, 2009, p. 118).

Fenômenos de atribuição parafraseáveis por “x é y”

Segundo Guimarães (2007), apesar de ser considerado que as relações de determinação se restringem ao sintagma nominal, diferenciando-se das relações de predicação que relacionam um sintagma verbal e um ou mais sintagmas nominais, algumas relações de predicação podem ser expressas por determinação e vice-versa. Para explicar este ponto, Guimarães (2007, p. 78) se utiliza das seguintes frases:

- a) A estrada perigosa pode causar acidentes graves.
- b) A estrada é perigosa, ela pode causar acidentes graves.

Sem discutir especificamente diferenças de sentido entre as duas frases, Guimarães (2007) salienta que a relação em (a) tem sido tratada como determinação, e a em (b) como predicação, ressaltando que em certa medida, semanticamente, toda relação de predicação é uma relação de determinação. Pelo raciocínio de Guimarães, quando em um mesmo SN há uma determinação, a relação entre o substantivo e o adjetivo pode ser parafraseada pela relação “x é y”; ele o fez na reescrituração de “a estrada perigosa [...]” por “a estrada é perigosa [...]”, havendo relações de atribuição nos dois casos.

Assim, como nos casos supracitados, as relações não contíguas de reescrituração de nomes próprios de pessoa, descritas igualmente por Guimarães (2007), também podem ser parafraseadas pela relação de atribuição “x é y”, com a expressão reescrituradora determinando o nome reescriturado e atribuindo a ele elementos de sentido. Assim Guimarães descreve seu conceito de reescrituração:

Podemos dizer que o procedimento de reescrituração consiste em redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se



caracteriza por fazer interpretar de uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração). E nessa medida a reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação entre elementos contíguos. O que caracteriza é que ela é uma relação entre elementos à distância, que eventualmente podem estar contíguos (ou seja, a contiguidade não é o elemento que as caracteriza). (GUIMARÃES, 2007, p. 53)

O processo de reescrituração na língua ocorre para Guimarães (2007) em qualquer fenômeno linguístico em que haja a substituição de um termo por outro qualquer. Neste artigo, no entanto, será dada atenção somente à reescrituração por especificação em relação ao nome próprio de pessoa, com este sendo determinado pelo elemento reescriturador que atribui a ele elementos de sentido como abaixo:

(1) Nesse momento que o grande **Antônio Carlos**, levantou a sua voz a favor da verdadeira democracia. *Titan em sua obra de regeneração dos costumes democráticos, vivia, no afan de polarizar o conhecimento da liberdade.* (FOLHA DO NORTE, 18/05/1930, grifos nossos)

Na ocorrência acima, a reescrituração de Antônio Carlos em “titan”, pode ser pensada como: o ser x que designado pelo nome Antônio Carlos é um titã em sua obra de regeneração dos costumes democráticos. Este tipo de reescrituração anafórica foi também estudada por Koch (2001, p. 76). A autora esclarece que nas descrições definidas “opera-se uma seleção dentre as propriedades passíveis de serem atribuídas a um referente, daquela(s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevante(s) para o locutor, tendo em vista a viabilização do seu projeto de dizer”. Assim, a reescrituração de um nome próprio de pessoa por outro elemento é uma função de linguagem que é intrinsecamente ligada ao discurso e que, quando se reescreve um nome próprio de pessoa por outro nome, é o enunciador quem define qual faceta deste ser será singularizada.

Outro fenômeno de atribuição com o mesmo valor dos supracitados é a designação por perífrase explícita “aquele que α ” ou “o que α ”, analisada por Pêcheux (2009):

Ora, e eis o ponto decisivo, essa designação pelo nome próprio implica a possibilidade de designar uma mesma coisa por uma perífrase, tal como “aquele que descobriu[...]”, “a cidade que é a capital da Alemanha”, “o segundo dos planetas que gravitam ao redor do Sol”; o significa dizer que aos nomes próprios “simples” correspondem necessariamente nomes próprios “compostos”, não lexicalizados, mas sim construídos por diversos funcionamentos sintáticos que podem ir de “o N que VN” (onde N representa um “nome comum” como homem, cidade, planeta tec.) até “aquele que VN” ou “o que VN”, em que todo apoio lexical desaparece (PECHEUX, 2009, p. 90)

Para Pêcheux (2009), que parte da tese de Frege de que um nome próprio simples corresponde a um nome próprio composto, a designação de um nome próprio por perífrase que se dá por meio das relativas, acontece como evidência na relação “x que é α , é β ” não passa de uma ficção logicista na

qual há uma impressão de igualdade e identidade entre os elementos. Relacionando a visão pêcheutiana de perífrase à reescrituração de Guimarães (2007) e Koch (2001) e dos epítetos de Perelman (2005), nas perífrases há também uma escolha do locutor de um elemento metafórico que substitui um nome próprio de pessoa. No enunciado “Carvalho de Britto, que jurou aniquilar Minas”, da Folha do Norte de 11/04/1930, por exemplo, há uma relação de determinação que reescreve o nome do político no sintagma verbal. Portanto, o sintagma “que jurou aniquilar” tem uma relação de identidade com o nome Carvalho de Brito, ou Carvalho de Brito é aquele que jurou aniquilar Minas – “x é y”.

Outro elemento que ilustra esse tipo de relação atributiva é a legenda embaixo de foto ou caricatura, típica de jornais. Se Bosredon (1999, p.17) diz que os títulos de uma pintura “dizem a pintura de uma certa maneira”, o mesmo se aplica às legendas sob fotos ou gravuras de políticos; as legendas embaixo das figuras de pessoas, de certa forma, “dizem” tais pessoas. As legendas determinam os sentidos de uma foto ou gravura variando entre enunciados que criam uma referência simétrica entre um nome próprio e uma imagem ou entre uma imagem e uma reescrituração diferente dela. Este tipo de relação serve para que o leitor tenha uma experiência referencial que é diferente daquela em que a imagem não é mobilizada.

Metodologia

As relações de atribuição de uma ou mais qualidades a nomes próprios de políticos foram selecionadas a partir de fenômenos discursivos relacionados à reescrituração, ou, transferência metafórica do nome próprio de pessoa que são os seguintes: legenda embaixo de fotos (típicas de jornais), reescrituração por anáfora textual seguida por descrição definida, a determinação, ou uso do relativo “que”, a predicação pelo verbo “ser”. Estas relações foram selecionadas por todas elas convirem explicitamente, ou de forma subjacente, a estrutura “x é y”, ou, ao nome próprio ou imagem de político “x” é atribuída uma qualidade “y”, independente se tal fenômeno se exterioriza por elementos não contíguos na anáfora, contíguos da aposição e complementação nominal, predicativos, ou de tradução, como nas legendas de imagens. A relação “x é y” foi escolhida para a determinação das identidades das formações discursivas Liberal e Conservadora por sua simplicidade, nesse caso, a escolha de um nome próprio de pessoa e aquilo que imediatamente o significa. Nessa visão, as diferenças de significação em relação a um mesmo

elemento de referência, item este que tem um nome próprio, determinam formações discursivas, e uma análise destas relações determina, pelo menos em parte, sua identidade.

O levantamento das qualificações e desqualificações de políticos nos jornais foi realizado a partir da representação dos “alvos” Antônio Carlos Andrada, João Alves, Carvalho de Brito e Olegário Maciel. Estes nomes foram escolhidos pelo grande número de ocorrências relacionadas a eles, desde que, eles estavam em voga na política de 1930 em Montes Claros e dividiam o campo discursivo do jornalismo local.

Foram coletados enunciados no período entre 19/10/1929 e 07/10/1930 por esses 12 meses terem sido de intensa propaganda política, assim como, pelo fato de que **Gazeta do Norte** foi incendiada pelos “revoltosos” da revolução de 1930 neste mês. Representando a metodologia citada por variáveis tem-se: “o jornal X/Y qualifica os políticos $\lambda/\beta/\Omega/\xi$ com qualidades de valores (+) ou (-) nos períodos A/B/C/D”. Por qualificação se entende atribuição de qualidade com valor axiológico, sendo estes valores socialmente convencionados. Os autores dos enunciados não foram determinantes nesta parte do estudo, pois eles não servem como parâmetro para a análise discursivo- ideológica; o autor ideológico enuncia sempre a partir de uma formação discursiva.

Análise de dados

Nesta seção, serão analisados enunciados produzidos pelos jornais Gazeta do norte e Folha do Norte, com vistas a estabelecer um contraste entre esses jornais, a partir da forma como qualificam axiologicamente os personagens políticos em evidência na conjuntura histórica em questão. Os exemplos serão, pois, apresentados em pares de enunciados dos respectivos jornais

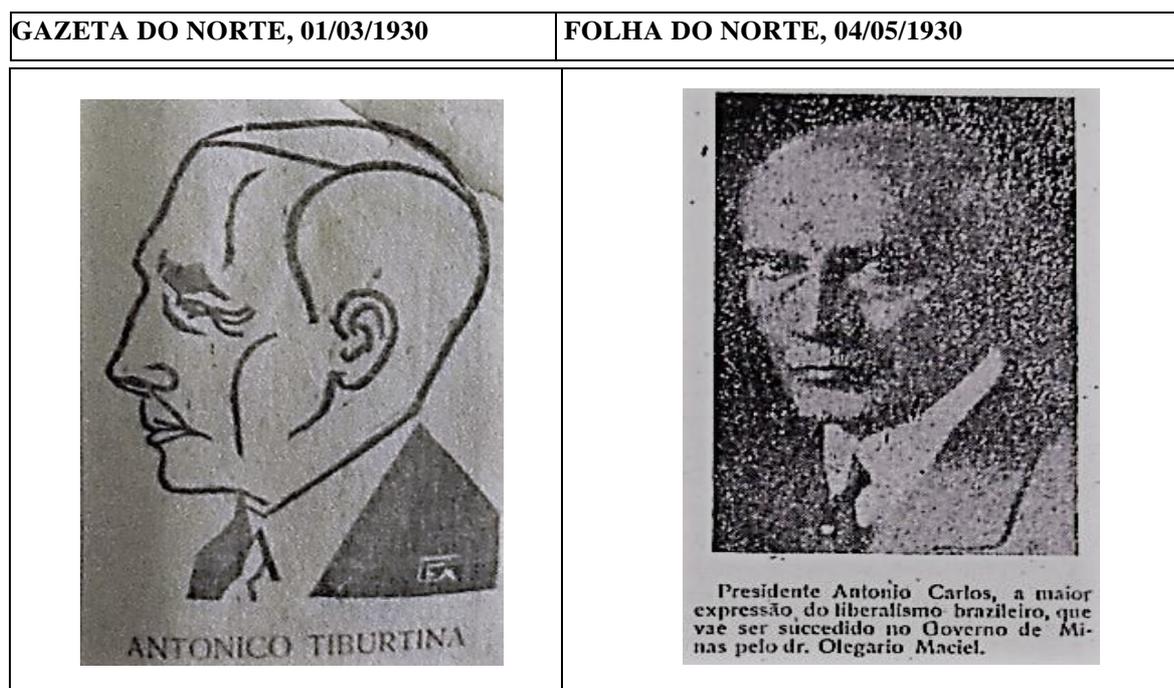
ANTÔNIO CARLOS ANDRADA

GAZETA DO NORTE	FOLHA DO NORTE
(1) Foi preciso que viesse à governança do estado o prepotente, nobre, ambicioso e paranoico, Andrada para nos jogar na situação mais dolorosa que jamais houve. “O estado em bancarrota”; editorial; primeira página; 04/01/1930	(2) O sr Antônio Carlos sempre foi na política nacional um homem que se definiu pela cordura de suas atitudes. “A attitude de Minas”; editorial; primeira página; 20/04/1930

No primeiro quadro, o nome próprio Antônio Carlos é reescrito pela série “o prepotente, nobre, ambicioso e paranoico Andrada”, estando todos os adjetivos situados no mesmo sintagma nominal. Estes modificadores são responsáveis pela determinação da identidade do sujeito “Andrada” nesta coluna, o que proporciona efeitos de especificação pelos adjetivos axiológicos depreciativos. O adjetivo “nobre” aqui é considerado negativo porque enunciativamente, no discurso político, “nobreza” é sinônimo de indiferença a eleitores mais humildes.

Já no segundo quadro, há o efeito de substituição reflexiva proporcionada pelo verbo “ser” em “foi na política um homem que se definiu pela cordura de suas atitudes”, sendo característica dos predicativos com o verbo “ser” designar características ou propriedades intrínsecas ao sujeito. O valor da cortesia é intrínseco ao nome Antônio Carlos.

FIGURA A - Antônio Carlos Andrada, Gazeta do Norte, 01/03/1930.



De um lado, no quadro à esquerda, a imagem de Antônio Carlos Andrada é legendada por *Tonico Tiburtina*, de maneira que *Antônio Carlos é Tonico Tiburtina*, o que por efeito de ironia cria representações de um sujeito autoritário, assim como a esposa de João Alves. A imagem de autoritarismo e violência de Tiburtina é partilhada socialmente no imaginário da sociedade montes-clarense de maneira que este enunciado faz sentido para os leitores locais.

De outro lado, no quadro à direita, a expressão apositiva “a maior expressão do liberalismo nacional” determina por especificação o nome Antônio Carlos. Este é um elemento qualificador do nome Antônio Carlos, pois o coloca acima de todos os outros políticos liberais do país.

JOÃO ALVES

GAZETA DO NORTE 05/07/1930	FOLHA DO NORTE 12/08/1930
(5) [...] mas esses atestados visam apenas preparar a defesa do sr. João Alves, planejador e mandante daquela terrível carnificina . "Pro aris et focis" editorial p.2	(6) Médico dos mais abnegados, político popularíssimo, filantropo e espírito todo saturado de humanitarismo, possuidor dos caros dotes de carácter e coração que enobrecem o indivíduo [...]Editorial, p.1

No enunciado da Gazeta, há uma relação de qualificação do antecedente João Alves pelo aposto “planejador e mandante daquela terrível carnificina” de 06/02. A aposição aqui dá efeitos de realidade reavivando a memória do leitor sobre o crime da semana anterior na qual tiros foram disparados de dentro da casa de Alves provocando a morte pessoas.

No enunciado da Folha, por sua vez, há uma longa descrição definida repleta de adjetivos e substantivos axiológicos que reescreveram João Alves: “médico dos mais abnegados, político popularíssimo, filantropo e espírito todo saturado de humanitarismo, possuidor dos caros dotes de carácter e coração que enobrecem o indivíduo[...]”. Esta expansão do referente João Alves por qualificativos axiológicos é uma característica do gênero retórico epidíctico, típico das celebrações, como o aniversário do político que é festejado nesta edição.

GAZETA DO NORTE 15/03/1930	FOLHA DO NORTE 18/05/1930
(7) É irmão do sr. João Alves e cunhado da exma. Snra Tiburtina, mandantes do morticínio que tanto enxovalhou a civilização mineira . “Candidato de jagunços” de A Notícia, p.1	(8) O Sr. João Alves, quer como cidadão dos mais distintos , que como médico humanitário e de alto conceito profissional , tem sabido se elevar e se impor ao respeito, à estima e à gratidão dos conterrâneos “Esmagando as Calúnias”, João Bispo de Montes Claros.

A Gazeta desqualifica o então deputado Honorato Alves por anáfora a partir de desqualificações de seu irmão João e cunhada Tiburtina, determinados no jornal pela locução

depreciativa “mandantes do morticínio que tanto enxovalhou a civilização mineira”.

A Folha apresenta um enunciado do bispo da cidade que, por aposição, em “quer como cidadão dos mais distintos, quer como médico humanitário e de alto conceito profissional”, mostra sua visão positiva sobre o alvo João Alves, afirmando ser ela partilhada pela comunidade.

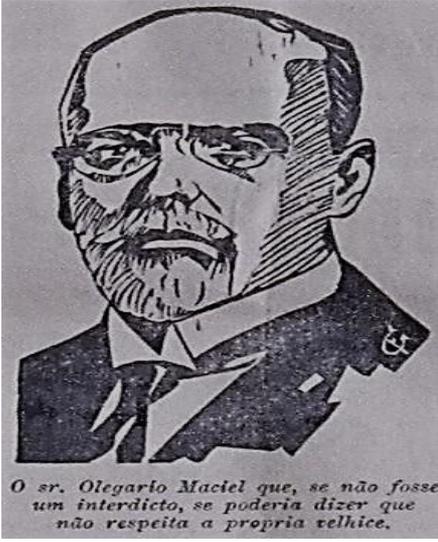
OLEGÁRIO MACIEL

GAZETA DO NORTE 19/04/1930	FOLHA DO NORTE 11/05/1930
(9) Todos os candidatos a deputado e senador federal entrariam para a Câmara com fraudes e tudo, e o dr. Mello Vianna desistiria de sua candidatura elegendo-se Presidente de Minas o ante-diluviano Pastor de Patos! “Meu bilhete...”, coluna assinada por “C”, p. 2.	(10) Genuíno representante das melhores qualidades do povo montanhez , sua vida tem sido exemplo constante de lealdade, desambição, sisudez, e devotamento à causa pública.

No enunciado acima à esquerda, a Gazeta usa a expressão “O ante-diluviano Pastor de Patos”, que retoma o referente Olegário Maciel por anáfora textual especificando este nome e atribuindo a ele sentidos negativos. A expressão “ante-diluviano” ridiculariza o referente por sua idade avançada, como se ele tivesse nascido antes do dilúvio, assim como, a reescrituração “Pastor de Patos” o determina negativamente, desde que na tradicionalista Montes Claros de 1930 o protestantismo era ainda tratado como tabu. Há aí também o efeito humorístico da ambiguidade da palavra “Patos”: pode-se pensar em “pastor protestante nascido em Patos de Minas”, ou um pastor que ao invés de ovelhas lida com as aves “patos”.

No enunciado à direita, a Folha usa o sintagma “Genuíno representante das melhores qualidades do povo montanhez”, que retoma por anáfora o nome Olegário Maciel especificando-o positivamente. Estas qualidades, explicitadas na expressão seguinte, são “lealdade, desambição, sisudez, e devotamento à causa pública”.

FIGURA B – Olegário Maciel

11) GAZETA DO NORTE, 01/02/1930	12) FOLHA DO NORTE, 07/10/1930
 <p>O sr. Olegário Maciel que, se não fosse um interdito, se poderia dizer que não respeita a própria velhice.</p>	 <p>HOMENAGEM ao impolluto mineiro DR. OLEGARIO MACIEL</p>

No quadro da Gazeta, a partir da relação de oposição iniciada pelo relativo “que”, especificando negativamente Olegário Maciel como “interdito”, ou privado de seus direitos em virtude de problemas penais ou mentais, o político é desqualificado.

No quadro da Folha, nota-se que *Impolluto* era um adjetivo de valor axiológico positivo comumente utilizado nos jornais de 1930 denotando a pureza do referente.

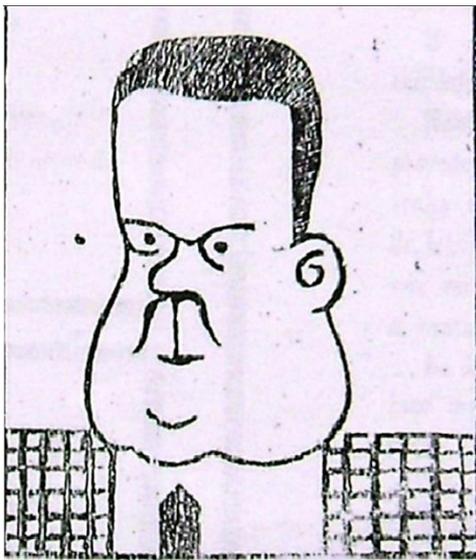
CARVALHO DE BRITO

GAZETA DO NORTE 10/05/1930.	FOLHA DO NORTE 20/06/1930
<p>(13) O nosso diretor Ary de Oliveira e os chefes da oposição em Montes Claros, receberam do ilustre dr. Carvalho de Brito, eminente chefe da concentração Conservadora, o seguinte despacho telegráfico. “A Concentração Conservadora”, Editorial, sem assinatura, p. 1.</p>	<p>(14) Esse Snr. Britto é mesmo assim. Muito Fácil em prometter e muito remisso em cumprir o que promette. É manha velha. Já muito conhecida. Além disso, é camarada prático em fazer politicagem barata com pobre Jeca sertanejo. “Deputados gorados”, Coluna de Graciano Valério, p. 2</p>

Na Gazeta, o nome Carvalho de Brito é determinado pelo qualificativo “ilustre” e pelo

aposto “eminente chefe da Concentração Conservadora”, ambos de valor axiológico positivo.

Em contraposição, há na Folha um “é” anafórico que retoma “este snr Britto é mesmo assim” e que atribui a este referente o predicativo “camarada prático em fazer politicagem com pobre jeca sertanejo”. Este predicativo está relacionado à memória do enunciador de 1930 e conseqüentemente com sua história desde que revela estereótipos de políticos hipócritas que enganam os eleitores das zonas rurais.

15) GAZETA DO NORTE 19/10/1929.	16) FOLHA DO NORTE
<p>Carvalho de Brito, o grande mineiro, cujo apelo atendido, como vai sendo em todo estado, mostrou ser utópica a apregoada unanimidade em torno do “Cavalheiro da triste figura” enunciado sob a foto do líder político, p. 2,</p>	 <p>Carvalho Britto, que jurou aniquilar Minas</p>

No primeiro quadro é o aposto “o grande mineiro” que qualifica Carvalho de Brito. Grande assim se torna um atributo deste nome próprio e que o diferencia daqueles que não são grandes como ele.

No enunciado do segundo quadro a estrutura sintática enfatiza a remissão do nome próprio à imagem, como uma forma dêitica enunciativamente suficiente. A estrutura da oração relativa – “que jurou aniquilar Minas” – funciona como uma descrição definida de valor negativo que reescritura o nome Carvalho de Brito, representado pela caricatura.

Conclusão

A partir da análise dos dados foi possível constatar que nomes mudam de sentido a partir



da formação discursiva em que enuncia o locutor, o que permite determinar nas identidades políticas uma relação conflituosa de sentidos. A relação “ x é y ”, assim, se mostra como uma relação de identidade “ $x = y$ ”, e este fato faz com que tais identidades sejam constituídas pelo discurso. Nesta possibilidade de representação, o locutor atribui propriedades subjetivas a um objeto de discurso em um “formato” objetivo, sendo a subjetividade apagada por sua força assertiva; uma relação subjetiva travestida de objetiva. As relações de oposição descritas a partir da coleta e ordenação do valor axiológico daquilo que foi dito a respeito de cada personagem nos respectivos jornais analisados explicitam que, na propaganda política, assim como nas ilusões, os objetos podem ser e não ser ao mesmo tempo, fato este que, menos que demonstrar um “defeito” na linguagem, evidencia como os objetos podem ser construídos discursivamente. A análise de distintos aspectos de representação da realidade possibilita uma visão mais completa do real. Além de um mapeamento das identidades das formações discursivas liberal e conservadora pela análise e ordenação das ocorrências, foi comprovada uma crise polêmica nos sentidos destes nomes, pois suas qualificações tinham valores incompatíveis.

As incompatibilidades de sentidos ocorrem nos dois jornais, provavelmente, por um desinteresse pelo acordo e pela supervalorização das estratégias de *marketing* eleitoral em detrimento da notícia. Pela observação dos enunciados citados, cabe ao leitor, portanto, acreditar em um ou outro lado, como afirma Perelman (2005, p. 228) “mostrar a incompatibilidade de dois enunciados é mostrar a existência de circunstâncias que tornam inevitável a escolha entre as duas teses em presença”. Os enunciados em um jornal sobre um objeto são incompatíveis com aqueles em outro jornal sobre o mesmo objeto.

O sentido dos nomes próprios de políticos nestes jornais, quando comparados, mostraram uma relação em que uma mesma referência possui diferentes sentidos, fato que implica duas formações discursivas que funcionam de maneira oposta na representação dos políticos.

Essa função de atribuição na qual se faz possível descrever formações discursivas é típica do discurso político realizado pelos jornais na década de 1930, sendo que ela não necessariamente funciona da mesma maneira nos dias de hoje pela evolução e conseqüente aumento da complexidade da mídia e das formas como ela produz propaganda.



Referências

- AMOSSY, Ruth; BURGER, Marcel. Introduction: La polemique médiatisée. *Semen*, n.31, p. 7–24, 2011.
- ARNAUD; LANCELOT. Gramática de Port-Royal. 2ª.ed. São Paulo: MartinsFontes, 2001.
- BOSREDON, Bernard. Modos de ver, modos de dizer – titulação da pintura e discursividade, p.17–38,1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, IDA LUCIA & MELLO, Renato (Org.). Análises do discurso hoje. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2010, v. 3, p. 57 – 77.
- DASCAL, Marcel. Types of Polemics and Types of Polemical Moves. In: *Dialogue Analysis VI*. 1a. ed. Praga: Tübingen, 1998, p. 15 – 33
- DUCROT, O; TODOROV, T. Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem. 3ª.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.
- FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. *Lógica e filosofia da linguagem*. SãoPaulo: CULTRIX,1978, p.129–158.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 8a. ed. SãoPaulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do saber. 7a. ed. Rio de Janeiro: Editora forense universitária, 2010.
- GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. A palavra: forma e sentido. 1a. ed. Campinas: Pontes,2007.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Le discours polémique. *Presses Universitaires de Lyon*, p.1–27, 1980.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. La enunciación de La subjetividad em El lenguaje. 3.ed. Buenos Aires: GRAFICA GUADALUPE,1997.
- KOCH, Ingedore. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional, *Cad. Est. Ling*, Campinas, n. 41, p. 75–89, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. 3a.ed. Campinas: Pontes, 1997.
- ORLANDI, Eni. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 8a.ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso. 4a.ed. Campinas: Editorada Unicamp, 2009.
- PERELMAN, Chaim. Tratado de argumentação:a nova retórica. 5ª.ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2005.
- REVEL, Judith. Michel Foucault: conceitos essenciais. 1a.ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2005.

Submissão: novembro de 2019

Aceite: dezembro de 2019